

SEMINÁRIO DE PESQUISA 20 - POVOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA: FORMAS DE EXISTÊNCIA, DESCOLONIZAÇÃO E COSMOPOLÍTICA

Coordenação: Salvador Schavelzon (UNIFESP) e Guilherme Orlandini Heurich (UFRJ)

Resumo: Nas últimas décadas, os povos indígenas iniciaram uma recuperação demográfica depois de séculos em declínio e, ao mesmo tempo, mobilizações e lutas de resistência resultaram no aumento da capacidade política na garantia de direitos e na defesa de seus territórios. No entanto, a situação colonial de avanço da sociedade dos brancos sobre esses territórios não foi interrompida. Parte do problema, sem dúvida, se mede no plano do colonialismo epistêmico, persistente mesmo quando existe um reconhecimento formal da existência de sociedades pré-coloniais. A garantia de direitos, assim, muitas vezes não inclui uma aceitação sincera da possibilidade da diferença.

Neste grupo de trabalho, estamos interessados em trabalhos que permitam nos aproximar aos mundos indígenas e suas formas alternativas de existência. Incluiremos, então, questões de morfologia social e parentesco, mitologia e xamanismo, guerra e ritual, junto com o desenvolvimento de conceitos e modelos teóricos com que os mesmos foram estudados. Ao mesmo tempo, o grupo está aberto para receber trabalhos que apresentem a situação de ataque à territorialidade e às formas de vida indígena por meio de grandes obras, projetos de desenvolvimento, avanço da fronteira do agro-negócio e outras investidas.

Sessão 1- Buen Vivir, Andes, Extractivismo

Entre resistir e re-existir: plurinacionalidade e sumak kawsay no Equador do Socialismo do
Bem Viver

Marina Ghirotto Santos

Mestre - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica
de São Paulo
marina.ghirotto@gmail.com

Resumo: O Equador incorporou em sua Constituição (2008) dois conceitos decorrentes da luta, saberes e práticas dos povos indígenas. A plurinacionalidade, que confere ao Estado o caráter de “plurinacional”, questiona a uni-nacionalidade homogeneizadora e embranquecedora do Estado-nação moderno, a república e a cidadania como únicas formas de pertencimento. Quer superar as práticas do multiculturalismo, que acomodam os conflitos e acolhem o diferente sem deslocar o referente. O buen vivir/bem viver (tradução do termo em kichwa *sumak kawsak*), por sua vez, enfrenta a ruptura moderna entre humanos-natureza e alarga a própria concepção de Vida ao conceber a existência de vários sujeitos, inclusive de direito (como é, nessa Constituição, a Natureza): humanos, jaguares, cachoeiras, etc. são dotados de intencionalidade e subjetividade – uma cosmopolítica agenciada por humanos, não humanos, e extra-humanos, milenarmente exercida nas comunidades indígenas mas que se estende, agora, à comunidade política na forma Estado plurinacional. No entanto, apesar do esforço decolonial, permanece viva a colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza e um racismo/colonialismo epistêmico que recusa a aceitação da diferença. O Estado equatoriano (presidido por Rafael Correa e sua Revolução Cidadã, cujo horizonte é o Socialismo do Século XXI ou do Bem Viver) objetiva a redução da pobreza e a promoção do desenvolvimento via recursos decorrentes do aprofundamento do extrativismo em larga escala – sobretudo petróleo e mineração – às custas dos territórios e direitos dos seres que os habitam. Em resposta, o indígenas não apenas expressam seu rechaço ao extrativismo, aos conceitos universalizantes e coloniais de pobreza e desenvolvimento, como oxigenam o debate sobre o exercício da autonomia e propõem novas alternativas para a coexistência comum. Dentre elas, destaca-se a proposta *Kawsak Sacha* (Selva Vivente) do povo kichwa de Sarayaku, que declara os territórios como sagrados e livres de exploração petroleira.

Palavras-chave: decolonialidade, extrativismo, povos indígenas.

O buen vivir e seus reflexos na construção de uma alternativa de mundo: *olhares desde Bolívia.*

Paula de Sousa Constante

Mestranda em Integração Contemporânea da América Latina pela Universidade Federal para a Integração Latino Americana (UNILA). Assistente de pesquisa no projeto atores estratégicos para o desenvolvimento: Brasil, Argentina, México e Chile (com bolsa PIBIC-UNILA). Membro do Núcleo de Pesquisa de Política Externa da América Latina (NUPELA)

psconstante@gmail.com

Resumo: O presente trabalho tem como escopo estudar o Buen Vivir instituído como princípio na Constituição da Bolívia e seus reflexos na construção de uma alternativa de mundo, bem como reflexionar sobre seus efeitos na construção/consolidação de uma teoria econômica alternativa latino americana. Atualmente, o Buen Vivir é um princípio constitucional das novas constituições plurinacionais no âmbito da consolidação dos Estado Plurinacionais, bem como é vislumbrado como uma “alternativa” e oportunidade de construção coletiva da forma de vida – paradigma comunitário- mas para sua concretização necessário se faz o diálogo permanente e construtivo com outros saberes. Ademais é um conceito em construção e que tem-se irradiado e repercutido em várias discussões sobre alternativas ao crescimento econômico, capitalismo e ao consumismo, os mesmos são produtos do paradigma ocidental, em certa medida são as causas da crise econômica, social e política na qual estamos afundados. Deste modo, pretendemos trabalhar a questão das contraposições atuais de continuidade, que seja, Desenvolvimento e Buen Viver, em que medida um é incompatível com o outro e quais as formas atuais de pensar dessas duas bases epistêmicas distintas. Trata-se de trabalho analítico e propositivo, no qual se pretende construir e reflexionar sobre o Buen Vivir e seus reflexos na construção de uma alternativa de mundo. Deste modo, adota-se base conceitual e bibliográfica com fulcro na interdisciplinaridade. Por fim, é um trabalho complexo, mas o Estado Plurinacional nos floresce alternativas de pensamentos e conhecimentos que não podem deixar de ser reflexionadas.

Palavras-chave: Buen Vivir; Desenvolvimento; Estado Plurinacional.

A geografia conceitual da diferença andina como potência política: experimentações no desconhecido.

Tércio Jacques Fehlauer
terciofe@gmail.com

Resumo: Partir rumo ao desconhecido, esta era a questão. Contagiado pela rebeldia diferenciante de pensadores como Bergson e Deleuze, o desejo de encontro com o mundo andino se expressa em conexões cartográficas ao movimento pelo qual uma potência de vida andina acontece e gera deslocamentos (novos modos de vida). Na multiplicidade gramática que irrompe desta experiência, enfocaremos aqui dois conceitos de passagem necessários à paisagem conceitual da diferença andina, *Yanantinkuy* e *Pachamama*. a) *Yanantinkuy* evoca o pensamento relacional das forças cosmogônicas andina através da ideia de paridade como

constituente à vida (LAJO,2006), onde o “aqui e agora” é resultado provisório de *Yanantinkuy* (do encontro de pares em movimento). Nesta paridade constituinte, interior e exterior não designam mundos pré-existentes, mas tendências divergentes. Assim, a ontologia se desloca dos mundos constituídos para suas fontes constituintes, com fortes implicações éticas, estéticas e, sobretudo, políticas. b) *Pachamama* como o mundo que vive em nosso corpo sob o modo de afetos e perceptos (englobante e transcendente à “natureza”). Espécie de mundo sensível que engendra outra relação com o corpo, um saber-do-corpo e um atuar micropolítico em um *mundo-vivo* (evocação insistente do virtual, do sensível corpóreo como operação celebrativa-ritual), em um vir-a-ser que resiste à qualquer reivindicação de verdade (de um poder totalizante qualquer). Uma resistência mais ampla, sutil e complexa que a ideia de conflito na (ideo)lógica do Estado, pois adquire consistência na *potência cosmopolítica andina* cuja expressão faz dos movimentos indígena-andinos composições variáveis de lutas na diferença. Neste artigo buscamos nos implicar nesta problematização, se valendo das ressonâncias engendradas no encontro de pensamentos da diferença, como expressão da experiência (material e imaterial) relacionada às condições afirmativas da cosmopolítica andina.

Palavras-chaves: Devir-andino; cosmopolítica andina; pachamama.

Identidade Étnica na Bolívia (1985 - 2005).

Luiz Antônio Andrade Oliveira

Graduado em História na Universidade Federal Fluminense – RJ

Graduado em Filosofia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro – RJ

Mestre em História Social da Cultura na PUC-Rio –RJ

Professor de História e Filosofia do Ensino Médio nas redes públicas e privadas do Estado do Rio de Janeiro.

luizim23@gmail.com

Resumo: A comunicação versará sobre o processo constituinte de subjetivação coletiva na Bolívia no trato dos movimentos sociais emergentes os quais tomam como referência de identidade os valores étnicos de suas comunidades originárias. Na esteira do fortalecimento do movimento indígena katarista de origem aymara, abordaremos a dupla crise hegemônica que se precipita após o fim do ciclo neoliberal estruturado sobre as ruínas do capitalismo de estado erigido nas décadas posteriores a Revolução de 1952: a crise de curta e longa duração,

ou seja, a crise do neoliberalismo e a crise dos próprios fundamentos que norteiam à modernidade. Para tal, mencionaremos a crise da condição operária a partir do processo de desindustrialização decorrente da aplicação do novo modelo de acumulação do capital, a partir de 1985. O esforço de “capitalização” da

sociedade boliviana nos impele a pensar em novas configurações do mundo do trabalho que afeta sobremaneira o sentimento de pertencimento identitário das classes subalternas. Deste contexto emergem novas formas de luta e organização social assentados na cosmologia indígena da qual irradia os valores que norteiam estas mesmas e variadas formas. O trabalho foi inspirado na minha dissertação de mestrado “Identidade Étnica e Movimentos Sociais na Bolívia (1985 – 2005) realizada na PUC-Rio. Orientada pelo Prof. Dr. Maurício Pareto Alvarez Parada, a dissertação foi defendida com êxito em Outubro de 2015.

Palavras-chave: Identidade étnica; Movimentos sociais; História da Bolívia.

Repensar o modelo de estado latino-americano: análise sobre o estado plurinacional da
Republica do Equador.

Karen Johanna Bombón Pozo

Maestrante en Integración Contemporánea en América Latina en la Universidad Federal de
Integración Latinoamericana (UNILA). Estudante da Especialização Relações Internacionais

Contemporâneas

karen2_bp@hotmail.com

Lucas Arantes Miotti

Estudiante de Ciencias Políticas y Sociología por la Universidad Federal de Integración

Latinoamericana

lucas.miotti@hotmail.com

Resumo: O objeto de estudo de este trabalho será o Estado Plurinacional da Republica do Equador, onde teve início em 2008, ano que foi outorgada a mais recente e atual Constituição do país. O objetivo é analisar a proposta do modelo do Estado Plurinacional equatoriano, com o fim de ver se este responde a criação de um novo modelo de Estado Plurinacional latino-americano ou se simplesmente é uma variação do modelo de Estado Moderno. A forma de realização da pesquisa é através de um estudo comparado da Constituição atual do país com a anterior, enfocando principalmente nas estruturas de poder presentes em estes dois modelos em relação a participação e autonomia das sociedades pluriculturais do Equador. Sendo assim,

se utilizará a epistemologia decolonial como ferramenta base para o desenvolvimento de este trabalho, encontrada nos autores como Walsh (2008; 2009), Ledezma (2015), Linera (2010), Rodriguez (2012), Segato (2010), entre outros. A República do Ecuador, com a chegada do presidente Rafael Correa, instalou esse modelo de Estado Plurinacional, no qual buscou ser um exemplo de um novo modelo de Estado latino-americano, para acabar com um modelo implantado de Estado colonial e o modelo neoliberal, que tem permitido manter a dominação econômica, política, social e cultural nos países da América Latina.

Palavras-Chave: Estado Plurinacional; Povos indígenas; América Latina

Ecologia dos Saberes e Pachakuti: Entrelaçando análises descoloniais

Chryslen Mayra Barbosa Gonçalves

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”,
Faculdade de Filosofia e Ciências UNESP-FFC, campus de Marília. Professor Orientador
Andreas Hofbauer, vinculado ao Departamento de Sociologia e Antropologia da mesma
instituição. chryslenmayra@hotmail.com

Resumo: Neste sucinto trabalho pretendo discorrer sobre algumas propostas de descolonização do saber, mais especificamente aqueles concernentes ao processo histórico da América Latina. A divisão do trabalho se dá em quatro momentos: na primeira parte, recorreremos aos trabalhos de Walter Mignolo para avaliar como a história oficial desconsidera outras epistemologias vigentes no processo de colonização. No segundo momento, pretendemos adentrar na análise de Boaventura de Sousa Santos acerca de dois conceitos fundamentais em sua obra, Pensamento Abismal e Ecologia dos Saberes, buscando mostrar como ele se utiliza deles para pensar saídas para descolonizar o pensamento ocidental. No terceiro momento, examinaremos a obra da autora boliviana Silvia Rivera Cusicanqui que sustenta críticas ao processo de colonização da Bolívia, na medida em que revela como a intervenção ocidental tem promovido um processo de descaracterização cultural e epistemológica não somente na Bolívia, mas em toda a América Latina. Resgatando epistemologias aymarás e quichwas, a autora busca recuperar os significados criados e vivenciados por estas etnias e revelar sua inserção na cosmologia dos mencionados grupos. Por fim, num quarto momento, queremos construir um diálogo entre as perspectivas expostas, buscando contribuir, desta forma, para a fundamentação de caminhos que visem à descolonização de saberes.

Palavras-chave: Descolonial, Ecologia dos Saberes, Pachakuti

**Colonialismo Epistêmico na América Latina: Povos Indígenas e Corporações Multinacionais
Mineiras**

Isabella Alves Lamas

Doutoranda no Centro de Estudos Sociais e na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Programa Política Internacional e Resolução de Conflitos). Atualmente em período sanduíche no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP)

isaalamas@gmail.com; isabellalamas@ces.uc.pt

Resumo: Nas últimas décadas, os conflitos socioambientais gerados a partir da mineração de larga-escala ganharam destaque na América Latina. Megaprojetos de mineração implementados por corporações multinacionais (CMNs) são responsáveis pela perpetuação de violências sistêmicas a direitos culturais, econômicos, sociais e ambientais de grupos indígenas na região. Tecnologias de governo, como a elaboração de EIA/RIMAs, PCAs e Programas de Gestão Ambiental e Econômica, usadas como instrumentos para elaboração de medidas de mitigação dos impactos da mineração estão em descumprimento ou, muitas vezes, em descompasso com as demandas reais dos grupos atingidos. Além disso, práticas comuns de compensação de impactos como a transferência de recursos financeiros para comunidades indígenas atingidas, muitas vezes são investimentos que acentuam os impactos decorrentes da atividade mineral e, conseqüentemente, a ocorrência de conflitos socioambientais. A partir da pesquisa de campo do relacionamento entre uma CMN mineira brasileira - a Vale SA, que tem ampla atuação na América Latina - e comunidades indígenas da TI Mãe Mareia, na região do sudeste do Pará, este trabalho procura evidenciar a existência de um hiato entre a compreensão empresarial do gerenciamento de risco da atividade mineral implementada em larga-escala e a maneira como o risco é entendido a partir de formas de conhecimento e saberes indígenas. As discussões entre grupos indígenas e a CMN são pautadas pela aparente legitimidade técnica desta última, caracterizando um colonialismo epistêmico, na medida em que opera a partir de uma tentativa de supressão de um amplo engajamento de comunidades indígenas. Assim, o trabalho pretende oferecer subsídios para a compreensão sobre possíveis mecanismos comuns de invisibilização ou inviabilização de epistemologias indígenas do Sul nos debates sobre megaprojetos de desenvolvimento na América Latina.

Palavras-chave: mineração, povos indígenas, conflitos socioambientais

Sessão 2- Movimento indígena, território e indigenismo

A questão indígena nas ditaduras militares na América do Sul: Um estudo comparativo entre o povo Krenak (Brasil) e o povo Mapuche (Chile)

Marcela Paz Carrasco Rodríguez

Bolsista da CAPES - Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal de Pelotas (UFPel)
pazlaley@hotmail.com

Felipe Sousa Prado

Bolsista da CAPES - Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos, Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
felipeprado85@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho visa desenvolver uma análise comparativa acerca da situação de dois povos indígenas no período da ditadura militar, o povo Krenak, no Brasil (1964-1985) e o *Wallmapu* (nação Mapuche), no Chile (1973-1989). Ao pensarmos a história dos dois países analisados, percebemos que as políticas indigenistas e a trajetória das relações dos Estados com os povos indígenas são marcadas por episódios de genocídio, transfiguração territorial e variadas formas de violação de direitos. Exemplos do passado figuram um legado de violência e descaso, no entanto, na história recente e nos atuais governos social-democratas continuam ocorrendo graves abusos. A proposta da investigação é trazer uma contextualização histórica da situação dos dois povos indígenas citados durante a ditadura militar de seus respectivos países. É sabido que cada país teve sua particularidade quanto às políticas com tais populações, mas pensamos que muitas situações se aproximam e trazem similitudes. Buscaremos relacionar a violência dos governos com estes povos, problematizando como os projetos e obras de modernização e de desenvolvimento econômico dos governos militares, afetaram a relação do Estado com estas populações, além dos processos de militarização da questão indígena, vide o exemplo dos Krenak, que tiveram em seu território a construção de um presídio para indígenas, o Reformatório Indígena Krenak, que funcionou de 1969 a 1972 e a privatização, extrativismo e desapropriação das terras por parte das indústrias florestais contra o povo

mapuche. O estudo busca também trazer uma reflexão sobre o processo de memória relacionado à temática, propondo um intercâmbio com variadas áreas do saber, como a história, memória social e antropologia, sugerindo um caráter interdisciplinar da investigação. Palavras-chave: Krenak, Mapuches, Dictaduras militares.

Indigenismos eclesiásticos católicos y movimientos indígenas en Argentina y Brasil. Entre apoyos a la organización política y circulaciones transfronterizas de saberes. 1972-1988.

Miguel Leone

Instituto de Estudios de América Latina y el Caribe (IEALC), Universidad de Buenos Aires.

Argentina

miguellone@hotmail.com

Resumo: La consecución de logros políticos y jurídicos de los movimientos indígenas en América Latina muchas veces ha contado con el apoyo de grupos indigenistas eclesiásticos. Tal es el caso de Argentina, en donde el Equipo Nacional de Pastoral Aborigen (ENDEPA) desde su creación, en 1984, ha buscado fortalecer, financiar y acompañar los procesos de organización política de los pueblos originarios. También en Brasil es observable una dinámica semejante. El reconocimiento de derechos indígenas producido a partir de la Reforma Constitucional de 1988 no se explica cabalmente si no se considera la militancia emprendida por el Conselho Indigenista Missionário (CIMI). A su vez, la pastoral indigenista de Brasil ha ejercido significativas influencias sobre otras pastorales indigenistas del continente Americano. Por caso, fue el CIMI quien organizó, durante los años setenta y ochenta, varias asambleas indígenas e indigenistas del Cono Sur y de la Amazonía. Este trabajo se apoya en las investigaciones que he realizado en mis estudios de posgrado y se complementará con la estancia semestral de investigación que estaré realizando desde julio de 2016 con financiamiento de FAPERJ y sede en el Instituto de Estudos Sociais e Políticos de la UERJ. Se propone un análisis de las influencias que la pastoral indigenista brasilera ha tenido sobre las redes de pastoral indigenista de Argentina entre 1972 (nacimiento del CIMI) y 1994 (sanción de nuevos derechos indigenistas en la Constitución Nacional de Argentina). La indagación contribuye al conocimiento sobre las formas en que distintas intervenciones indigenistas eclesiásticas han potenciado o no el desenvolvimiento del movimiento indígena en cada país. Aprovechando las facilidades que brinda la referida estancia de investigación, serán revisados

los archivos documentales del Secretariado Nacional del CIMI (Brasilia), de la sede de la Comissão Pastoral da Terra (CPT) (Goiânia) y del Instituto Teológico São Paulo (ITESP).

Palavras-chave: ENDEPA, CIMI, Movimientos indígenas.

Organizações Internacionais e as Comunidades Indígenas na América Latina: o caso da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e o processo de consulta prévia na Argentina, Brasil e Chile.

Laura Cristina Feindt Urrejola
IREL/UNB
lauritaurrejola@gmail.com

Resumo: Em 5 de junho de 1957, a Organização Internacional do Trabalho - OIT propõe a Convenção N° 107, primeira iniciativa a partir da criação da organização, relativa à proteção e integração das populações indígenas e outras populações tribais e semitribais, de países independentes. Com viés de tutela e não de assegurar o direito à autodeterminação das comunidades tradicionais, não se referindo a território, lugar, saberes e patrimônio cultural como bens a serem preservados e acautelados a referida convenção foi ratificada num período de 32 anos de sua vigência, por apenas 27 estados partícipes da ONU. Foram necessários aproximadamente 15 anos de mobilização das comunidades indígenas em todo o mundo, para que a OIT revisitasse a Convenção N° 107 e propusesse como alternativa a Convenção N° 169 em 7 de junho de 1989. De acordo com o art.7 da Convenção N° 169, fica resguardado o direito de as comunidades definirem suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento participando da formulação, implementação e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional e regional, que possam afetá-los diretamente, participando inclusive, na realização dos estudos. O objetivo do artigo é circunstanciar de que forma o que está preconizado na Convenção N° 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ratificada pelo Brasil em 1991, pela Argentina em 2000 e pelo Chile em 2008, vem sendo observado pelos Estados em questão visando de maneira mais específica, elaborar uma análise comparada das iniciativas nacionais para o atendimento do estabelecido no art.7 da Convenção N° 169 da OIT e como as instituições nacionais definiram o rito a ser seguido para a promoção da consulta livre, prévia e informada às comunidades indígenas, quando ocorre a implantação de um projeto de infraestrutura em suas terras ou proximidades.

**"Defensa de los territorios indígenas en las tierras bajas de Bolivia:
Entre la consulta previa, el neoextractivismo y la autonomía"**

Pabel C. López Flores

Postgrado en Ciencias del desarrollo, CIDES-UMSA (Bolivia)

velpalopezflo@gmail.com

Resumen: El actual contexto en Bolivia, al igual que otros países en la región, está marcado entre otros aspectos por la re-activación de movimientos socioterritoriales, en particular de carácter indígena, frente a dinámicas y actividades extractivas y de explotación de "recursos naturales" por parte del gobierno sobre áreas protegidas y/o territorios indígenas. Específicamente en las tierras bajas de Bolivia, se presentan conflictos de carácter socio-ambiental, de frente a las recientes políticas gubernamentales dirigidas a profundizar y expandir la explotación de recursos naturales, sin el consentimiento previo de las comunidades indígenas locales que reproducen sus territorialidades y formas de vida comunitaria en sus territorios ancestrales. Esto está generando la reactivación de la acción colectiva de resistencia y la manifestación de núcleos comunitarios de defensa territorial, los mismos que reivindican, entre otros derechos colectivos, el respeto de sus territorialidades, el derecho de Consulta Previa y su autonomía. Asimismo, estas disputas confrontan a una visión gubernamental de "desarrollo" con las visiones de actores sociales indígenas de esos territorios. Esta situación estaría recientemente acentuada con la decisión del gobierno boliviano de expandir la explotación de recursos energéticos (en particular hidrocarburos) en "áreas protegidas". Se propone un abordaje del actual contexto boliviano, a partir de la discusión sobre los actuales conflictos socio-ambientales y los movimientos socio-territoriales indígenas, así como su relación con las disputas en torno al derecho de consulta previa y a las autonomías indígenas, dentro de un contexto de expansión e intensificación de una matriz neoextractivista en este país.

Palabras-clave: Neoextractivismo, territorialidades indígenas, movimientos socioterritoriales

La consulta como dispositivo de seguridad territorio: caso tipnis (Bolivia)

Daniela Angela Leytón Michovich

Mgs. Estudios de la Cultura

Doctorante en el programa de Estudios Latinoamericanos UASB-E

Estudiante UASB-E
danielleytonmic@gmail.com

Resumen: Este trabajo trata de comprender el Proyecto Nacional boliviano en clave de seguridad-territorio (Foucault), a partir del instrumento de consulta de pueblos indígenas en el caso específico del Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS) con la siguiente pregunta: ¿Cómo operan los dispositivos de seguridad-territorio del aparato gubernamental en el caso TIPNIS? El conflicto en Territorio Indígena Parque Nacional Isiboro Sécore TIPNIS es considerado en este documento como un síntoma de los posibles alcances y limitaciones de la exigibilidad y justiciabilidad de los Derechos indígenas, que se encuentran entrampados en los debates entre los Derechos individuales y los Derechos colectivos, en el marco de los DESC dentro del Estado Nación boliviano. El gobierno de Morales resuelve esto con la creación de un instrumento de consulta en base a una ley que es contradictoria con Constitución y con las leyes que resguarda los Derechos Indígenas en TIPNIS, mientras sintoniza con el proyecto regional IIRSA. La metodología a utilizarse para este estudio, responde principalmente al análisis de dispositivos a partir de la teoría de Michael Foucault, propuesta por el alemán Siegfried Jäger. En este sentido, en el documento se realiza la identificación, el análisis y la relación entre las prácticas discursivas, no discursivas y manifestaciones materiales. Para exponer de la mejor manera el caso TIPNIS, en un primer momento se presentará una descripción histórica de la construcción del instrumento de consulta inmerso en el debate y el conflicto. En una segunda instancia se hace una aproximación más profunda de las cuatro categorías relevantes del instrumento de consulta: visión de desarrollo, medidas salvaguarda, intangibilidad, construcción de la carretera. Se intenta observar cómo estas categorías operaron en relación con los planes nacionales, estructura institucional y acciones estatales de control poblacional del Estado Plurinacional de Bolivia y los efectos que implica su aplicación.

Territorio, Memoria y Resistencia. Génesis del movimiento indígena en los Andes colombianos.

Mauricio Alejandro Díaz Uribe
Antropólogo egresado de la Universidad Nacional de Colombia. Magister en Estudios de América Latina por la Universidad Nacional de San Martín (UNSAM/Argentina). Estudiante

de Doctorado en el Programa de Historia y Política Social en la Universidad Federal del
Espírito Santo (UFES/Brasil). Bolsista da FAPES Vitória/Brasil.
madiazul@gmail.com

Resumen: El propósito del trabajo, es señalar el uso político del pasado que el movimiento indígena en Colombia, principalmente en el departamento del Cauca, han utilizado para la recuperación y protección de las tierras donde habitan. Tierras definidas y reconocidas jurídicamente con la categoría de Resguardos y administradas autónomamente por la figura de cabildo o gobierno propio. Este derecho de autodeterminación o autonomía se refiere al ejercicio de habitar y administrar el territorio donde habitaron sus ancestros, bajo sus propios patrones culturales. En el caso colombiano la territorialidad indígena como propiedad comunal, autónoma y cultural, se ha construido desde la tradición oral, las luchas de resistencia y una política de la memoria colectiva e identitaria. Esta memoria identitaria y colectiva tiene que ver con marcos sociales temporales y espaciales en permanente construcción socio histórica, donde se relacionan relatos míticos de un pasado fundacional (ancestralidad), la memoria de levantamientos y revueltas y la participación de líderes o personajes históricos reinterpretados como héroes mítico-históricos. El caso del movimiento indígena en el Cauca colombiano nos sirve para reflexionar la confluencia entre historia, territorio y memoria colectiva como estrategia política en contextos coloniales. Además más allá de percibir la historia sobre las formas de lucha y resistencia por el reconocimiento cultural y social de los indígenas en Colombia y su influencia en el reconocimiento de sus derechos colectivos en el marco de la constitución de 1991, también nos sirve para teorizar sobre como la apropiación de una memoria colectiva étnica transforma y decoloniza las memorias hegemónicas heredadas del contacto cultural en nuestro continente.

Palabras Clave: Territorio, Memoria colectiva, Movimientos indígenas Colombia.

Ampliación de los espacios democráticos de las organizaciones indígenas de Brasil y
Colombia

Margarita María Bautista Martínez
E-mail: Margarita.bautista@usp.br
Instituto de Relações Internacionais
Universidade de São Paulo – Brasil

El presente artículo trata la temática del movimiento indígena latinoamericano y el uso de Tecnologías de Información y Comunicaciones (TICs) para ampliación de espacios democráticos al interior de organizaciones indígenas. El objetivo de este artículo es mostrar cómo las organizaciones indígenas más grandes de Brasil y Colombia se han apropiado de las TICs para ampliar su participación en la esfera democrática. La propuesta metodológica que se empleó para la investigación fue un estudio comparativo de dos organizaciones indígenas específicas. De esa manera, se escogieron las organizaciones más representativas de ambos países, en el caso brasileño la COIAB y en el caso colombiano la ONIC. Al final del artículo se espera mostrar los avances obtenidos por medio de las TICs, en cuanto a organización, movilización y comunicación de ambas organizaciones como actores clave del movimiento indígena latinoamericano. Al mismo tiempo, será presentado cómo el recurso de internet favorece a la creación y al perfeccionamiento de nuevos repertorios de acción democráticos de las organizaciones indígenas, por medio del desarrollo de nuevos procesos constitutivos, organizativos y de comunicación.

Palabras clave: Movimiento indígena latinoamericano, Tecnologías de Información y Comunicaciones (TICs), democracia.

Sessão 3- Cosmopolítica e Autonomia

Entre colonos e parentes: crônicas Mbyá-guarani no Cone

Bruno Nascimento Huyer

Mestrado em andamento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social –
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
brunonhuyer@gmail.com

Resumo: Sul Este trabalho traz algumas considerações preliminares a partir de pesquisa etnográfica que venho realizando entre os Mbyá-Guarani na região sul do Brasil e norte da Argentina no âmbito de meu mestrado ainda em andamento. Buscarei apresentar relatos e histórias relativos às alteridades, humanas e não-humanas, presentes no cotidiano Mbyá-guarani dando destaque a relação com os não-indígenas. O objetivo da pesquisa foi explorar as consequências antropológicas de algumas histórias e eventos nos quais temas específicos da etnologia indígena parecem reverberar, tais como as complexas relações entre mito e práxis, entre tradição e transformação, entre descendência e afinidade. Com a origem das juruá nhe'

e (almas dos brancos) a partir de uma árvore de proporções colossais, onde uma lagarta as envia para esta terra, os brancos parecem possuir uma potência colonialista difícil de neutralizar. Se os tornam parentes, os Mbyá correm o risco de uma miscigenação consumptiva; se ficam distantes demais não param de se multiplicar e seguir sobrepondo os campos às matas. Nesta terra, os juruá (brancos) seguem desfazendo o acordo tácito da boa distância quando não escutam os ensinamentos divinos: “Para nós os brancos não pensam”, alguns Mbyá dizem, relatando que se a cabeça fabrica os pensamentos é com o coração que se deve pensar – algo incapaz para os juruá. É através, portanto, destes eventos de contato e relação com o não-indígena, históricobiográficos e também mitológicos, que buscarei pensar as noções mbyá sobre o relacionar-se com as diferenças, mais especificamente com os juruá. Esses acontecimentos contemporâneos parecem possibilitar a investigação de uma possível teoria mbyá sobre o colonialismo em geral, e sobre os brancos em particular.

Palavras-chave: Mbyá-guarani; Parentesco; Colonialismo.

Alianças cosmopolíticas entre os *Mbyá* Guarani do Brasil e Argentina: relações político-culturais no contexto de autodemarcação da Terra Indígena *Tekoá Mirim*.

Fábio do Espírito Santo Martins

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSO) da UNESP/FCL

Araraquara.

epiritomartins@bol.com.br

Resumo: Uma correta compreensão acerca da presença contemporânea do povo indígena *Mbyá* Guarani no litoral do estado de São Paulo enfatiza a necessidade de novas percepções e análises teórico-metodológicas que incidam sobre as relações estabelecidas entre eles e os *juruá*. Por isso, este trabalho propõe evidenciar o processo de luta dos *Mbyá* no contexto da autodemarcação da Terra Indígena *Tekoá Mirim* e como inseridos nele, mantém o seu *Nhanderekó* (o modo próprio de “estar” dos *Mbyá*), o que por sua vez, expressa a tendência da cultura em manter-se a si própria, reinventando-se. Então, além da afirmação de um contexto de distinção étnico cultural no processo de ocupação desta Terra Indígena, alguns procedimentos e técnicas culturais explicitam a agência indígena na concretização de articulações políticas entre eles e outras *Tekoá*, que não necessariamente aquelas que os circunscrevem no litoral sul paulista, mas sim, com as aldeias *Mbyá* localizadas ao norte da Argentina. Deixando evidente, o que há muito já havia sido destacado por Lévi-Strauss, isto é,

a existência de um fluxo de trocas, de conhecimentos ("bens" subjetivos) e indivíduos para o estabelecimento de alianças. Desta forma, os *Mbyá* lutam para materializar melhores condições de criação e recriação do seu *Nhanderekó*; condição esta, portanto, que seguiria ampliando possibilidades à existência das futuras gerações, esta a preocupação fundamental dos mais velhos.

Palavras chave: Cosmopolítica, Autodemarcação de Terra Indígena, Mbyá Guarani.

Os índios bruxos de teupasenti ou a "colonização do imaginário"

Alzira Lobo de Arruda Campos

Mestra em Letras (MACKENZIE-SP); Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC-SP); Docente do Programa em Ciências Humanas, nível Mestrado (UNISA)

Marília Gomes Ghizzi Godoy

Mestra em Antropologia Social (USP); Doutora em Psicologia Social (PUC-SP); Docente do Programa em Ciências Humanas, nível Mestrado (UNISA)

Patrícia M. F. Coelho

Mestra e doutora em História (USP); Livre-docente em Metodologia da História (UNESP); Docente do Programa em Ciências Humanas, nível Mestrado (UNISA).

Resumo: O estudo de um processo de bruxaria, movido contra um casal de índios moradores do *pueblo* de Teupasenti, no ano de 1652, fornece uma base preciosa para o entendimento da violência, implicada na incorporação das populações ameríndias aos objetivos de Castela. Violência contra as mentes e os corpos, que pode ser acompanhada na narrativa pungente dos autos, na qual é possível discernir a voz das vítimas, entremeada à voz das autoridades. Mundo pagão, que posto em confronto com o cristianismo dominador, obrigou os ameríndios a uma adaptação traumática, convertidos que foram em seguidores de Satã. E, como tais, punidos. Do ponto de vista metodológico, acompanha-se um caso individual, com o objetivo de contribuir para as grandes sínteses, que tratam, com relativa precisão, da percepção indígena de seu mundo, abalado pela conquista e pela colonização ocidentais. É o que faz Gruzinski, a respeito do México espanhol. Na singularidade dos autos aqui analisados, observa-se o conceito da existência de dois fios: um deles acompanha o caso de Petrona Índia e Franco Vivas, acusados de bruxaria; o outro liga o casal processado a um movimento coletivo e de

longa duração, isto é, às dialéticas do mal-entendido, da apropriação e da alienação dos homens americanos por regras legais e culturais alógenas. As personagens aqui observadas, na categoria de vítimas, representam uma pequena parcela da multidão de índios que teve que prestar contas oralmente de crenças ou comportamentos condenados pela Igreja. O método seguido, interdisciplinar por essência, reúne a história das mentalidades à etnologia e ao direito, confrontando as disposições legais sobre os índios americanos à realidade colonial, no prisma dos vencidos. Segue, ademais, a linha preconizada por Foucault e Guinzburg, entre outros, em pesquisas baseadas em processos únicos, que priorizam as falas dos réus.

Palavras-chave: Colonização do imaginário; repressão aos ameríndios; bruxaria.

Autonomia e *ch'ulel*: cosmopolítica dos promotores de educação zapatistas

Ana Paula Massadar Morel

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional, UFRJ

Resumo: Em um mundo onde a queda do muro parecia afirmar que o capital seria o único e invencível caminho, surge, das montanhas do Sul do México, o movimento zapatista. O zapatismo apareceu para o público a partir do levantamento armado de 1 de janeiro de 1994 e, desde então, é conhecido mundialmente por construir cada vez mais suas instituições e todo um modo de vida de maneira autônoma, o que passa pela criação de escolas, atenção à saúde, cooperativas e estrutura jurídico-administrativa. O movimento é formado predominantemente por indígenas falantes das línguas tzeltal, ch'ol, tzotzil e tojolabal. Se o zapatismo sempre se colocou como herdeiro de uma história de lutas contra o capitalismo, ele nunca se furtou de por novas questões para a própria esquerda, muitas delas ligadas ao fato dos protagonistas do movimento serem indígenas maias. A proposta desse trabalho é abordar a autonomia zapatista levando em conta, principalmente, a "imaginação conceitual" de indígenas bases de apoio do movimento. Para tal, nos baseamos em trabalho de campo realizado na região, principalmente no *Centro de Español y Lenguas Mayas Rebelde Autónomo Zapatista* (CELMRAZ), um curso de espanhol e tzotzil voltado simpatizantes do movimento, realizado no caracol de Oventik, onde fui aluna de tzotzil. Segundo a cosmopolítica dos promotores de educação autônoma zapatista do curso, o *ch'ulel* (espírito) dos seres estaria adormecido pelo capitalismo e pela colonização. Uma *ch'ulelización* é possível através da construção constante da autonomia, que é traduzida como *xkuxlejal stuk jteklum* (vida própria de um povo),

estabelecida sem centro nem periferia, possibilitando *ichbail ta muk* (reconhecimento da grandeza recíproca do outro).

A autonomia indígena no pensamento político de Floriberto Díaz e Gersem Baniwa: novos paradigmas na luta pela descolonização

Ana Catarina Zema de Resende

Clarisse Drummond

Faculdade de Educação/Universidade de Brasília/UnB

Centro de Pesquisa e Pós-graduação sobre as Américas – CEPPAC/Universidade de
Brasília/UnB

ana.zema@gmail.com / clarisse.drummond@gmail.com

Resumo: Nos últimos 30 anos, a autonomia se tornou um novo paradigma nas lutas dos povos indígenas por descolonização. Organizações indígenas de todo o continente americano têm assumido a luta por autonomia como central para a conquista de maior simetria na relação com Estados Nacionais. No entanto, a existência de mitos associados a esta noção dificultam a sua compreensão. O debate em torno das demandas indígenas por autonomia, seja econômica, política ou social, tem gerado polêmicas decorrentes da incompreensão sobre o que querem os movimentos indígenas quando lutam por autodeterminação. Para o entendimento de como essas questões aparecem nos discursos de lideranças indígenas de alguns países das Américas, é preciso conhecer o histórico dos movimentos autonomistas na região para, em seguida, (re)conhecer nesses discursos uma nova corrente do pensamento político propriamente indígena. Nesse sentido, a partir da análise discursiva de duas lideranças indígenas, interessamos, aqui, trazer elementos, noções e conceitos que possibilitem conhecer os respectivos pensamentos políticos e contribuições intelectuais desses dois pensadores, para observar as diferentes demandas por autonomia como novo paradigma das lutas por descolonização. O primeiro é o antropólogo indígena de Oaxaca, Mixe de Tlahuitoltepec, Floriberto Díaz e seu conceito de *Comunalidad*; o segundo é Gersem dos Santos Baniwa, do povo Baniwa, do Alto Rio Negro, primeiro indígena doutor em antropologia do Brasil, que discute as ideias de *autonomia* e *cidadania plena*. Veremos que a maneira como esses intelectuais constroem tais categorizações funciona como veículo para as críticas que elaboraram à imposição do controle do Estado, levando esse último a perceber as inconsistências de seus próprios princípios

norteadores e de seu tratamento para com os povos indígenas. O objetivo é não só contribuir para o entendimento do que é autonomia indígena, mas mostrar como as demandas por autonomia se relacionam íntima e diretamente às questões do poder.

Palavras-Chave: Autonomia Indígena, Pensamento Político, Descolonização

Wall Kintun e Lei de Meios: autorrepresentação e vozes dos povos originários da Argentina

Estela Rocha de Ungaro

er.ungaro.2016@unila.edu.br / estellaungaro@gmail.com

Mestrado Interdisciplinar em Estudos Latino-Americanos

Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Resumo: Primeiro canal de televisão aberta dos povos originários da Argentina, o *Wall Kintun*, inaugurado em 2012, tem sua transmissão legitimada na Lei 26.522 de Serviços e Comunicação Audiovisual (LSCA) – também conhecida como Lei de Meios – aprovada pelo congresso argentino no ano de 2009 e responsável por regulamentar os meios de comunicação de rádio e televisão do país. Dada sua construção a partir de demandas de centenas de organizações da sociedade civil – entre elas organizações dos povos indígenas (Guzmán, 2011) –, é inegável que a LSCA é de fato um marco histórico para a sociedade argentina e latino-americana, e incontestável sua importância para a preservação e promoção dos valores culturais dos povos originários (Villamayor, 2010), conforme os objetivos descritos na própria lei. A partir deste contexto, pretende-se apresentar com esta comunicação o processo em que se encontra a pesquisa “Wall Kintun e Lei de Meios: autorrepresentação e vozes dos povos originários da Argentina”, que tem como objetivo compreender a percepção de mapuches da comunidade Buenuleo acerca do processo de realização do Wall Kintun a partir de análise das narrativas (Bakhtin, 2003) de integrantes da equipe da emissora, a fim de revelar suas vozes e compreender suas percepções diante do desenvolvimento deste processo desde a inauguração do canal. Pretende-se ainda discutir a relação entre a aplicação da lei e seu impacto na autorrepresentação dos Povos Originários da Argentina.

Palavras-chave: Povos Originários; Lei de Meios; autorrepresentação